

Termo de Referência 149/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
149/2024	153164-UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA. MARIA/RS	ALINE EGGRES DE CASTRO	30/07/2024 08:19 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		23081.075942/2024-70

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial para sistemas de climatização. Incluindo assistência técnica com elaboração e execução de Plano de Manutenção, Operação e Controle (PMOC), com mão de obra completa e peças elencadas inclusas, do sistema de água gelada do Centro de Convenções da UFSM, e do sistema VRF do prédio 26F (Curso de Odontologia), nos termos da tabela em anexo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), pois são usuais no mercado e não há necessidade de projetos adicionais para a formulação das propostas por parte da(s) empresa(s) participante(s).
- 1.3. As quantidades constantes da relação anexam serão fornecidas pela Licitante Vencedora, relativas a cada item, mediante a emissão da Nota de Empenho, de acordo com o disposto neste Edital e condições expressas na proposta, através de fornecimento parcial, de acordo com as necessidades da Unidade Solicitante da UFSM.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, em anexo aos autos do processo.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, anexados aos autos do presente processo.*

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Vistoria

4.2. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, em horário comercial.

4.2.1. A vistoria deverá ser agendada com antecedência com o servidor Filipe Possatti Campanhola, pelo telefone (55) 3220-8744 ou e-mail: filipe.campanhola@ufsm.br

4.2.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.2.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.2.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.2.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Sustentabilidade

4.3. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os critérios baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.4. Todas as peças substituídas devem ser entregues ao GESTOR do contrato. Caso o GESTOR libere, a CONTRATADA se responsabiliza por descarte adequado da peça substituída, obedecendo à todas normas ambientais vigentes. A CONTRATADA ainda se responsabiliza pelo descarte adequado de todos insumos utilizados na manutenção, tais como lubrificantes, gases, embalagens, fibras, tecidos e qualquer outro material de uso direto ou indireto nas atividades de manutenção.

Indicação de marcas ou modelos

4.5. Na presente contratação será admitida a indicação das marcas e e modelos originais de acordo com os equipamentos presentes no contrato.

4.5.1. Na impossibilidade de compra de peças originais, a CONTRATADA deve informar por escrito, justificando a necessidade de troca e atestando que as características técnicas e de durabilidade são compatíveis com das originais.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica, observando o atendimento às normas e legislação brasileira vigente:

5.1.1. Em até 30 (trinta) dias do início dos serviços a CONTRATADA deverá fazer uma inspeção nas instalações da CONTRATANTE, apresentando ao GESTOR um relatório de todas as inconformidades verificadas com base na legislação vigente, sugerindo os ajustes necessários;

5.1.2. A CONTRATADA deverá elaborar o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, nos termos do Termo de Referência. O PMOC deve ser apresentado no máximo até 30 dias após o início dos serviços para aprovação pela UFSM, atendendo as exigências do fabricante do equipamento VRF (LG) e Chiller (TRANE). Apresentar revisão do PMOC anualmente, com sugestões de adequações, se for o caso.

5.1.3. A CONTRATADA compromete-se a fornecer relatórios descritivos de todos os serviços após a execução dos mesmos, conforme PMOC aprovado. Apresentar um modelo de relatório para aprovação pelo GESTOR até 30 dias do início dos serviços, contendo no mínimo as informações previstas no PMOC.

5.1.4. A CONTRATADA deverá manter disponível o registro da execução dos procedimentos estabelecidos no PMOC, assim como garantir a aplicação por intermédio da execução contínua direta ou indireta deste serviço.

5.1.5. A CONTRATADA será responsável pela prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, prestar assistência técnica e dar consultoria, nos sistemas de ar condicionado dos prédios incluídos nesta contratação.

5.1.6. A CONTRATADA deverá ter um engenheiro mecânico ou técnico responsável pelo objeto desta contratação e pelo PMOC, o qual deverá assinar a capa dos relatórios mensais como responsável técnico, e fornecer respectivo termo de responsabilidade técnica junto ao conselho competente, anualmente.

5.1.7. A CONTRATADA deverá possuir veículo próprio (ou disponível e adequado), para atendimentos emergenciais e deslocamentos rápidos até os prédios incluídos nesta contratação. A CONTRATADA deverá atentar para o deslocamento das ferramentas, escadas, peças pesadas e de grande porte, entre outros materiais

5.1.8. A CONTRATADA deverá fornecer toda a mão de obra necessária ao fiel cumprimento do objeto deste Termo de Referência, devendo ser de primeira qualidade.

5.1.9. A CONTRATADA deverá possuir um encarregado/supervisor, nos termos do edital que acompanhará os serviços sempre que necessário, e/ou sempre que for solicitado pelo GESTOR da UFSM. No caso de paralisação de equipamentos, o encarregado deverá verificar o problema no máximo no dia seguinte ao chamado, caso o técnico não apresente uma solução no dia do chamado

5.1.10. A CONTRATADA deverá registrar no corpo dos filtros descartáveis a data da troca.

5.1.11. Está incluso na manutenção mensal a inspeção e limpeza das salas de máquinas, informando nos relatórios as desconformidades verificadas, tais como objetos ali depositados inadequadamente, lâmpadas queimadas, isolamentos descolados, entre outras, ainda que se repitam mensalmente

5.1.12. A CONTRATADA deverá fornecer contato para atendimento em horários integral (24 horas por dia), sendo contato direto com a setor de atendimento técnico.

5.1.13. A CONTRATADA deverá atender chamados de emergência em período máximo de 24 horas

5.1.14. No caso das peças inclusas no contrato, a CONTRATADA deverá realizar a troca das mesmas em até 6 horas úteis após constatado o problema. Já no caso de peças aprovadas através de empenho complementar, a contratada deverá realizar a troca em até 2 dias úteis após aprovação do empenho

5.1.15. A CONTRATADA deverá fornecer contato para atendimento em horários integral (24 horas por dia), sendo contato direto com a setor de atendimento técnico

5.1.16.A CONTRATADA deverá providenciar o descarte adequado de compressores, óleos, fluido refrigerante, e outras peças substituídas nas manutenções, conforme normas vigentes, sempre que solicitado pela CONTRATANTE

5.1.17.O horário de trabalho para a execução dos serviços deverá ser previamente apresentado ao CONTRATANTE, através de e-mail, com antecedência mínima de 7 dias para os serviços de manutenção preventiva, para aprovação e autorização de ingresso nos prédios.

5.1.18.Poderá ser solicitada pelo GESTOR a execução de serviços em sábados, domingos e feriados, de acordo com a necessidade, sem que isso altere os valores contratados.

5.1.19.A CONTRATADA deverá, a título de assistência técnica e na qualidade de especialista no assunto, propor todo e qualquer serviço de modernização e atualização tecnológica que venha a propiciar vantagens ao CONTRATANTE ou melhoria no rendimento dos sistemas, sujeitos à análise e decisão deste.

5.1.20. O GESTOR do contrato poderá formular consulta técnica à CONTRATADA, relativamente às instalações e equipamentos objeto desta contratação.

5.1.21. A CONTRATADA terá prazo de até 5 (cinco) dias úteis para manifestar-se por escrito sobre qualquer consulta ou pedido de relatório específico realizado pelo GESTOR do contrato.

5.1.22. Em caso de descumprimento, sem justificativa, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades previstas no contrato.

5.1.23. Mensalmente, a CONTRATADA deverá efetuar exames, limpezas, ajustes e lubrificações, conforme critérios estabelecidos no PMOC.

5.1.24. Os serviços, incluindo os reparos, serão executados nos dias e horários normais de trabalho da CONTRATADA, sempre comunicando ao GESTOR ou FISCAL previamente ou no início dos serviços, o horário.

5.1.25. A CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE, a cada serviço eventual executado, um relatório específico com a descrição completa dos serviços efetivamente executados.

5.1.26. A CONTRATADA deve obrigatoriamente informar por e-mail ou telefone a conclusão do atendimento dos chamados eventuais e emergenciais. Deverá informar o andamento do atendimento no caso de depender de troca de peças e informar o defeito, a data e hora da conclusão do chamado.

5.1.27. A CONTRATADA se responsabiliza por realizar correção de focos de corrosão, pintura, reposição de parafusos e fixadores, lubrificação dos sistemas, limpeza dos equipamentos e casas de máquinas na realização das manutenções mensais e sempre que requisitado pelo gestor do contrato, sem qualquer custo à contratante.

5.1.28. Pequenos reparos em paredes de alvenaria, decorrentes de desobstrução de drenos, reposicionamento de máquinas e outros serviços, estão incluídos nesta contratação, inclusive retoques na pintura das paredes

5.1.29. Estão excluídos desta contratação os seguintes serviços:

-
-
-
- Os reparos que se fizerem necessários em oficina, que compreendam serviços de usinagem, tornearia, soldas elétricas e rebobinagem de motores.
- Fornecimento de peças de reposição por conta da CONTRATADA, exceto aquelas previstas neste contrato.

1. 5.1.30. Ficam excluídos das responsabilidades da CONTRATADA os custos de aquisição de placas e módulos eletrônicos, controladores, compressores, motores, bombas, ventiladores, tubulações, dutos, assim como a reposição de gás refrigerante para os sistemas, sendo toda a mão de obra inclusa no valor do contrato, sem qualquer ônus a CONTRATANTE.

2.

3. 5.1.31. Também ficam excluídos serviços que envolvam a retificação de peças fora da local, assim como rebobinagem de motores, sendo os serviços aprovados mediante orçamento de terceiro, dentro do valor de mercado acrescido de BDI.

4.

5. 5.1.32. Para os itens não inclusos no contrato, deverá ser enviada uma proposta contendo orçamento direto do fornecedor, acrescido de BDI de 25% para cobertura de despesas da CONTRATADA. O GESTOR do contrato de resguarda do direito de pesquisar outros fornecedores no mercado. No caso do gestor encontrar fornecedor com custo inferior ao da CONTRATADA, o aditivo será realizado com o menor custo, acrescido de 25% referente ao BDI.

- 6.
7. 5.1.33. A troca de peças não inclusas nas que estão sobre a responsabilidade da CONTRATADA, serão realizadas mediante aprovação de orçamento através de termo aditivo.
- 8.
9. 5.1.34. A garantia mínima das peças substituídas é de 1 ano a partir da certificação da nota fiscal pelo fiscal do contrato, sem prejuízo à prazos superiores fornecidos pelo fabricante ou fornecedor da peça.

5.2. Para o sistema VRF, está prevista nesta contratação a substituição de aparelhos splits pela CONTRATADA nas seguintes condições:

- 5.2.1. Sempre que um aparelho necessitar ser substituído, a CONTRATANTE poderá disponibilizar outro equipamento de capacidade semelhante para ser instalado pela CONTRATADA. Não haverá custo adicional de mão de obra.
- 5.2.2. Nestas substituições está prevista a adequação de tubulações, drenos, molduras, vedações, calços e fixações, sem qualquer custo à CONTRATANTE.
- 5.2.3. Os novos aparelhos devem ser testados e colocados em funcionamento.
- 5.2.4. Se for necessária, a complementação de gás refrigerante, para o caso de substituição de splits, este será fornecido pela CONTRATADA sem custo adicional ao CONTRATANTE.
- 5.2.5. O aparelho a ser substituído será fornecido pela contratante, mediante orçamento de fornecedor específico acrescido de BDI de 25%, aprovado pelo gestor do contrato, desde que o mesmo esteja compatível com valores de mercado.
- 5.2.6. Estão incluídos nesta contratação o gás R410 ou similar, do sistema VRF, necessário para as manutenções, e a disponibilidade do equipamento de recolhimento do gás pela CONTRATADA.

Local e horário da prestação dos serviços

5.3. Os serviços serão prestados no endereço Av. Roraima nº 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria – RS, nos seguintes prédios:

- 5.3.1. Centro de Convenções: Sistema de água gelada
- 5.3.2. Prédio 26 F – Odontologia: Sistema VRF

5.4. Os serviços serão prestados em horário comercial ou mediante agendamento prédio desde que autorizado pela gestão do contrato.

Rotinas a serem cumpridas

5.5. Constituem objeto deste Termo de Referência, além dos itens já mencionados e dos constantes do PMOC, os seguintes serviços:

- 5.5.1. Fornecer sempre que solicitado pelo GESTOR do Contrato, no máximo uma vez por mês, um relatório de leitura informatizada, através de software específico do fabricante dos equipamentos VRF/Chiller, demonstrando o pleno funcionamento de cada um dos equipamentos instalados, individualmente.
- 5.5.2. Configuração dos controladores eletrônicos para um melhor desempenho do sistema, sempre que solicitado pelo GESTOR.
- 5.5.3. Configuração do software de gerenciamento do sistema, modificando a programação para ligar e/ou desligar os equipamentos, bem como bloquear ou desbloquear funções.
- 5.5.4. Configuração do software de gerenciamento do sistema, modificando a programação para ligar e/ou desligar os equipamentos, bem como bloquear ou desbloquear funções.
- 5.5.5. Regulagem dos difusores de ar sempre que solicitado pelo GESTOR.

5.5.6. Medição da vazão e velocidade do ar na saída dos equipamentos e nos difusores, sempre que solicitado pelo GESTOR.

5.5.7. Verificação, medição e apresentação de relatório de desempenho de cada equipamento, individualmente, sempre que for solicitado pelo GESTOR, além das revisões mensais.

5.5.8. Medição e apresentação de relatório de desempenho do ar em uma determinada sala ou andar, sempre que solicitado pelo GESTOR, contendo no mínimo as seguintes informações: área do ambiente avaliado, potência instalada (elétrica- W e térmica-BTU ou TR), vazão e temperatura do ar na saída do condicionador e na saída dos difusores, vazão e temperatura do ar de retorno junto ao condicionador e temperatura externa no momento das medições.

5.5.9. Testar mensalmente os dispositivos de reserva, tais como bombas, registros, chaves elétricas, etc.

Materiais a serem disponibilizados

5.6. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário.

5.6.1. Deverão ser fornecidos, pela CONTRATADA, às suas expensas, todos os equipamentos e ferramentas necessários ao fiel cumprimento do objeto deste Termo de Referência, inclusive escadas, andaimes e guindastes, se necessário.

5.6.2. Deverão ser fornecidos, pela CONTRATADA, às suas expensas, todos os materiais de consumo, tais como graxas, óleos, solventes, estopa, etc., necessários ao fiel cumprimento do objeto deste Termo de Referência, devendo todos ser de primeira qualidade.

5.6.3. Deverá a CONTRATADA fornecer, quando necessário: gás refrigerante, nitrogênio e fluido de limpeza interna. Fica excluída a reposição de gás do chiller, quando identificado vazamento.

5.6.4. Na manutenção de tubulações, todos os materiais necessários, como isolantes térmicos, fitas, tintas e selantes, deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

5.6.5. A CONTRATADA deverá fornecer todo o material e mão de obra necessários para a perfeita execução dos serviços.

5.6.6. Estão inclusas no contrato a troca de correias, sensores de fluxo, temperatura, pressão, umidade, válvulas, medidores em geral, filtros, fusíveis, capacitores, juntas e anéis de vedação, cabos de comando, chicotes, além de outros acessórios presentes no sistema, incluindo material e mão de obra, sem qualquer ônus à CONTRATANTE.

5.6.7. Estão inclusos no presente contrato a troca de isolamentos térmicos, chapas e materiais de acabamento dos dutos e tubulações, correções de vazamentos de tubulações de água, redes frigorígenas e dutos de ar.

5.6.8. A CONTRATADA se compromete a substituir as peças por outras originais, da mesma marca do fabricante. Na impossibilidade de compra de peças originais, a CONTRATADA deve informar por escrito, justificando a necessidade de troca e atestando que as características técnicas e de durabilidade são compatíveis com as originais.

5.6.9. Todas as peças substituídas devem ser entregues ao GESTOR do contrato. Caso o GESTOR libere, a CONTRATADA se responsabiliza por descarte adequado da peça substituída, obedecendo à todas normas ambientais vigentes. A CONTRATADA ainda se responsabiliza pelo descarte adequado de todos insumos utilizados na manutenção, tais como lubrificantes, gases, embalagens, fibras, tecidos e qualquer outro material de uso direto ou indireto nas atividades de manutenção.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.7. A demanda do órgão tem como base as seguintes características dos equipamentos presentes nos locais:

5.7.1. Tabela Resumo das máquinas instaladas no prédio Centro de Convenções:

Descrição dos equipamentos do Centro de Convenções

UNIDADE	MARCA	MODELO	QUANTIDADES
CHILLER	TRANE	CGAM C GAM120	02
MÓDULO VAZIO	TRANE	WLNA25	01
MÓDULO VAZIO	TRANE	WLNA12	02
MÓDULO VAZIO	TRANE	WLNA21	01
MÓDULO SERPENTINA	TRANE	WLSA25	02
MÓDULO SERPENTINA	TRANE	WLSA12	01
MÓDULO VENTILADOR	TRANE	WLVA12	01
MÓDULO VENTILADOR	TRANE	WLVA21	02
MÓDULO SERPENTINA	TRANE	WLSA31	01
MÓDULO VENTILADOR	TRANE	WLVA31	01
MÓDULO CAIXA DE MISTURA STANDARD	TRANE	WLMA31	01
MÓDULO ENTILADOR	TRANE	WLVA25	01
MÓDULO CAIXA DE MISTURA STANDARD	TRANE	WLVA25	01
MÓDULO CAIXA DE MISTURA STANDARD	TRANE	WLMA12	01
MÓDULO SERPENTINA	TRANE	WLSA21	02
MÓDULO CAIXA DE MISTURA STANDARD	TRANE	WLMA21	02
MÓDULO VENTILADOR	TRANE	WLVA25	01
UNID.TROCADORA CALOR ÁGUA GELADA	HITACHI	TCSD36B3P	01

UNID.TROCADORA ÁGUA GELADA	CALOR	HITACHI	TCSD12B3P	02
UNID.TROCADORA ÁGUA GELADA	CALOR	HITACHI	TCSD24B3P	01
BOMBA		KSB	DLG-10-220/380/44	03

5.7.2. Tabela Resumo das máquinas instaladas no prédio da Odontologia:

Descrição dos equipamentos – Odontologia (26-F)	Quant.	Un
Unidade condensadora tecnologia INVERTER/VRF R 410A com capacidade nominal de 24 HP, tensão 380v trifásica, compressor 100% variável, instalação e programação lógica dos sistemas. Marca LG, modelo: ARUN240LTE4	3,00	un
Unidade condensadora tecnologia INVERTER/VRF R 410A com capacidade nominal de 16 HP, tensão 380v trifásica, compressor 100% variável, instalação e programação lógica dos sistemas. Marca LG, modelo: ARUN160LTE4	2,00	un
Unidade condensadora tecnologia INVERTER/VRF R 410A com capacidade nominal de 30 HP, tensão 380v trifásica, compressor 100% variável, instalação e programação lógica dos sistemas. Marca LG, modelo: ARUN300LTE4	2,00	un
Unidade condensadora tecnologia INVERTER/VRF R 410A com capacidade nominal de 48 HP, tensão 380v trifásica, compressor 100% variável, instalação e programação lógica dos sistemas. Marca LG, modelo: ARUN480LTE4	2,00	un
Unidade condensadora tecnologia INVERTER/VRF R 410A com capacidade nominal de 54 HP, tensão 380v trifásica, compressor 100% variável, instalação e programação lógica dos sistemas. Marca LG, modelo: ARUN540LTE4.	1,00	un
Unidade evaporadora do tipo VRF CASSETE capacidade nominal de refrigeração 2,2 Kw e aquecimento 2,5 kW, 4 VIAS/VRF, gás R410A, para fixação sobre o forro, com controle remoto sem fio e central por zona. Marca LG, modelo ARNU07GTRA2.	22,00	un
Unidade evaporadora do tipo VRF CASSETE capacidade nominal de refrigeração 2,8 Kw e aquecimento 3,2 Kw, 4 VIAS/VRF, gás R410A, para fixação sobre o forro, com controle remoto sem fio e central por zona. Marca LG, modelo ARNU09GTRA2.	11,00	un
Unidade evaporadora do tipo VRF CASSETE capacidade nominal de refrigeração 3,6 Kw e aquecimento 4,0 Kw, 4 VIAS/VRF, tecnologia INVERTER/VRF gás R410A para fixação sobre o forro, com controle remoto sem fio e central por zona, Marca LG, modelo ARNU12GTRA2.	14,00	un
Unidade evaporadora do tipo VRF CASSETE capacidade nominal de refrigeração 4,5 Kw e aquecimento 5,0 kW, 4 VIAS/VRF gás R410A, para fixação sobre o forro, com controle remoto sem fio e central por zona. Marca LG, modelo ARNU15GTQA2.	62,00	un

Unidade evaporadora do tipo VRF CASSETE capacidade nominal de refrigeração 5,6 Kw e aquecimento 6,3 kW, 4 VIAS/VRF , tecnologia INVERTER/VRF gás R410A, para fixação sobre o forro, com controle remoto sem fio e central por zona, Marca LG, modelo ARNU18GTQA2.	20,00	un
Unidade evaporadora do tipo VRF CASSETE capacidade nominal de refrigeração 7,1 Kw e aquecimento 8,0 kW, 4 VIAS/VRF gás R410A para fixação sobre o forro, com controle remoto sem fio e central por zona. Marca LG, modelo ARNU24GTPA2.	51,00	un
Unidade evaporadora do tipo VRF CASSETE capacidade nominal de refrigeração 9,0 Kw e aquecimento 10 kW, 4 VIAS/VRF , tecnologia INVERTER/VRF gás R410A para fixação sobre o forro, com controle remoto sem fio e central por zona, Marca LG, modelo ARNU36GTNC2.	3,00	un
Unidade evaporadora do tipo VRF CASSETE capacidade nominal de refrigeração 14,0 Kw e aquecimento 16 kW, 4 VIAS/VRF , tecnologia INVERTER/VRF gás R410A para fixação sobre o forro, com controle remoto sem fio e central por zona, Marca LG, modelo ARNU48GTMA2.	5,00	un
Tubo de cobre para refrigeração montado, esp. parede 0.79 mm Ø1/4" a 1.58mm Ø1.5/8" - incluindo suportes, conexões, isolamento, gás, etc.	3,00	m
Gabinete de ventilação com gaveta dupla e filtros G4 e M5 inclusos e vazão mínima de 385 m³/h, pressão estática 20 mmca	1,00	un
Gabinete de ventilação com gaveta dupla e filtros G4 e M5 inclusos e vazão mínima de 410 m³/h , pressão estática 20 mmca	1,00	un
Gabinete de ventilação com gaveta dupla e filtros G4 e M5 inclusos e vazão mínima de 420 m³/h , pressão estática 20 mmca	2,00	un
Gabinete de ventilação com gaveta dupla e filtros G4 e M5 inclusos e vazão mínima de 443 m³/h , pressão estática 20 mmca	2,00	un
Gabinete de ventilação com gaveta dupla e filtros G4 e M5 inclusos e vazão mínima de 525 m³/h , pressão estática 20 mmca	1,00	un
Gabinete de ventilação com gaveta dupla e filtros G4 e M5 inclusos e vazão mínima de 550 m³/h, pressão estática 20 mmca	12,00	un
Gabinete de ventilação com gaveta dupla e filtros G4 e M5 inclusos e vazão mínima de 600 m³/h , pressão estática 20 mmca	14,00	un
Gabinete de ventilação com gaveta dupla e filtros G4 e M5 inclusos e vazão mínima de 855 m³/h, pressão estática 20 mmca	1,00	un
Gabinete de ventilação com gaveta dupla e filtros G4 e M5 inclusos e vazão mínima de 1000 m³/h , pressão estática 20 mmca	1,00	un
Gabinete de ventilação com gaveta dupla e filtros G4 e M5 inclusos e vazão mínima de 1340 m³/h , pressão estática 20 mmca	2,00	un

VENTILADOR MURO 150B - VAZÃO 340 m³/h - 104 Pa - 220V-1PH com Grelha e filtro G4+M5	29,00	un
Unidade condensadora MULTI SPLIT tecnologia inverter/VRF R410A com capacidade nominal de 4 HP ou 34.000 BTU , quente/frio, tensão 220v monofásica, compressor 100% variável, instalação e programação lógica do sistema. Marca LG, modelo ARUN040GSS0.	1,00	un
Unidade evaporadora do tipo MULTI SPLIT CASSETTE 4 vias, capacidade nominal de refrigeração 19.100 Btu/h (4.813 kcal/h) e aquecimento 21.500 Btu/h (5.417,91 kcal/h) tecnologia INVERTER/VRF gás R410A para fixação sobre o forro, com controle remoto sem fio e central por zona. Marca LG, modelo ARNU18GTQA2.	2,00	un
Unidade central para controle do sistema VRF – ACP Premium - Marca LG, modelo PQCP22A0 (256 unidades incluindo AHU)	1,00	un
Reexecutar start-up global da instalação e revalidação da garantia com a fabricante LG	1,00	un

Especificação da garantia do serviço ([art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

5.8. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.9. A garantia mínima das peças substituídas é de 1 ano a partir da certificação da nota fiscal pelo fiscal do contrato, sem prejuízo à prazos superiores fornecidos pelo fabricante ou fornecedor da peça.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133 /2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1 O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133 /2021, art. 120).

6.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §1º).

6.9. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.10 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF

6.11. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.12. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.13. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.14. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante a prestação do serviço.

6.15. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização Técnica

6.16. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.17. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.18. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.19. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.20. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.21. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.22. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.23. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.24. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.25. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.26. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.27. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.28. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.29. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.30. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Do recebimento

1. 7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 2.
3. 7.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 4.
5. 7.3. A fiscalização do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.
7. 7.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 8.

9. 7.4.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

1. 7.4.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e /ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

2.

3. 7.4.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

1. 7.4.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

2.

3. 7.4.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.

5. 7.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

1.

Liquidação

2. 7.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

3.

4. 7.7. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

5.

6. 7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 6.1. o prazo de validade;
- 6.2. a data da emissão;
- 6.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 6.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 6.5. o valor a pagar; e
- 6.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

1. 7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

2.

3. 7.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

4.

5. 7.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

6.

7. 7.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.

9. 7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.

11. 7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.

13. 7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

1. 7.16. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

2.

3. 7.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

1. 7.18 *O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.*

2.

3. 7.19. *Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.*

4.

5. 7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.

7. 7.20.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.

9. 7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.22. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

1. 7.22.1. *As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.*

2.

3. 7.23. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

4.

5. 7.24. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

6.

7. 7.25. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

8.

9. 7.26. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será UNITÁRIO.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

Qualificação Técnica

8.17. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.18. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.19. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos antes do início da execução dos serviços:

8.19.1. ART ou TRT junto ao conselho competente, relativa a responsabilidade técnica dos serviços contratados, devidamente paga e assinada

8.19.2. Nome, CPF e telefone do supervisor e dos técnicos;

8.19.3. Certificados e comprovantes da qualificação técnicas do supervisor e dos técnicos.

8.22. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.21. Comprovar, mediante apresentação de Certidão de Conselho representativo de profissional capacitado para a atuação (CREA, CFT ou outro), de que a licitante possui em seu quadro, na data prevista para entrega da proposta, profissional

devidamente reconhecido por entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica para a execução dos serviços de características semelhantes ao objeto licitado.

8.22. No caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.22.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

8.22.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.22.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.22.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

8.22.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.22.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.22.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 900.400,00

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação para o sistema de água gelada do Centro de Convenções da UFSM é de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais) mensais ou R\$ 492.000,00 (quatrocentos e noventa e dois mil reais) anuais.

9.2. O custo estimado total da contratação para o sistema VRF do prédio 26F - Odontologia - é de R\$ 34.033,00 (trinta e quatro mil e trinta e três reais) mensais ou R\$ 408.400,00 (quatrocentos e oito mil e quatrocentos reais) anuais.

9.3. O O custo estimado total anula da licitação é de R\$ 900.400,00 (novecentos mil e quatrocentos reais).

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 153638;

II) Fonte de Recursos: 1000.000000;

III) Programa de Trabalho: 230363.MEGOTN0100N - D05 - Modernização e Desenvolvimento Organizacional;

IV) Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica;

V) Plano Interno: PDI 2016-2026;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALINE EGGRES DE CASTRO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 30/07/2024 às 08:19:05.

JANE LUCIA SARTORI LAMPERT

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo ao Termo de Referencia 90042.pdf (7.41 KB)

Anexo I - Anexo ao Termo de Referencia 90042.pdf

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
95591764000105
Anexo ao Termo de Referência

Processo...: 23081.075942/2024-70 Pregão 90042 / 2024 Data da Emissão: 30/07/2024

Abertura: Dia: 20/08/2024 Hora: 09:00:00

Objeto Resumido:

Modalidade de Julgamento : Menor Preço

Item	Especificação	Catálogo	Unidade	Preço Máximo	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Manutenção de condicionadores de ar Centro de Convenções. Tabela resumida com descrição dos equipamentos encontra-se no TR.		Unidade	492.000,000	1,00	_____	_____
2	Manutenção de condicionadores de ar Prédio 26F odontologia. Tabela resumida com descrição dos equipamentos encontra-se no TR.		Unidade	408.400,000	1,00	_____	_____

Informar:

Razão Social da Empresa: _____

CNPJ: _____

Endereço, Local e Estado: _____

Cep: _____ Fone/Fax: _____ Telex: _____

Nome do Banco: _____ Nome da Agência: _____ Número da Agência: _____

Número Conta Bancária: _____ Data: ____/____/____

Assinatura